

É com muito orgulho e entusiasmo que anunciamos a publicação da **Edição 3/2020 da Revista Sociais e Humanas**, que está atrelada ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Somos inteiramente gratos a todos os autores, pareceristas e público leitor que, cada qual da sua forma, engrandecem o conteúdo e a qualidade científica da Revista. É inegável que em tempos em que somos acometidos por uma pandemia global e calamitosa reagimos através do conhecimento e, acima de tudo, da persistência de olhar crítico perante a conjuntura atual. Dito isso, podemos adentrar o campo da ciência que, por sua vez, mostra-se urgente na missão de contemplar, da maneira mais aprofundada e lúcida possível, as questões sociais, políticas e históricas que foram visadas nesta edição.

Sendo assim, a presente edição dá luz aos trabalhos voltados, em se tratando do dossiê temático, aos direitos da criança e ao aniversário recente de 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Demais artigos têm enfoque sobre a saúde pública, a demografia, saúde organizacional, saúde mental e educação brasileira. Nesse sentido, considerando o recente debate acerca da privatização da saúde – e subsequente risco ao funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) -, bem como o calculado salto demográfico, e envelhecimento da população, e a preservação da saúde mental durante o confinamento requerido pelo fenômeno da Covid-19, é de grande valor que se pense a respeito dos temas mencionados, visto que vêm em um momento oportuno e de impreterível debate.

É esperado, com a publicação dos trabalhos, que possamos desenvolver nossa virtuosa responsabilidade com a produção científica, que deve seguir firme na sua função de exercitar a conversa entre áreas, conteúdos e abordagens heterogêneas, mas comuns quanto ao propósito científico, acadêmico e profissional.

A **terceira edição de 2020** soma um total de 11 trabalhos, sendo 5 deles categorizados como componentes do dossiê e 6 como artigos livres, os quais analisam diversos tópicos, mencionados acima, que englobam o tocante às ciências sociais e humanas. O editorial dessa edição do dossiê temático ficou a cargo da Doutora Rosane Janczura, docente do curso de Serviço Social (UFSM).

Desta forma cumprimos os leitores e desejamos uma ótima leitura, sempre atenta à pluralidade, à democracia e ao cenário político-social que nos reveste, exigindo-nos uma incansável disposição para se seguir pesquisando, trabalhando e evoluindo enquanto pessoas.

Dossiê Temático (Re) construindo olhares da pesquisa sobre as crianças e os adolescentes brasileiros

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma legislação especial, que surgiu a partir de normativas internacionais e que trata da proteção, promoção e defesa de todas as crianças e adolescentes, sem distinção. A implementação do ECA, que tem como diretriz básica a Doutrina da Proteção Integral, consagra a criança e o adolescente como prioridades absolutas, e a sua proteção é dever da família, da sociedade e do Estado, impondo uma nova relação entre os atores sociais envolvidos.

No ano em que o ECA completa seu 30º aniversário, a Revista Sociais e Humanas do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria, apresenta neste número a segunda parte de um dossiê temático voltado para produções e pesquisas que revelam os avanços e as dificuldades no trato da questão, tendo como foco a efetivação dos direitos da criança e do adolescente no país. Nesta edição n. 3, para compor o dossiê temático **(Re) construindo olhares da pesquisa sobre as crianças e os adolescentes brasileiros**, foram selecionados 5 trabalhos que vão dar o desenho e as nuances do que vem se pesquisando e problematizando nesta área.

O primeiro artigo **Sistema socioeducativo: fortalecendo a rede de apoio familiar para o ingresso do adolescente no cumprimento de medida socioeducativa de internação** é resultado de um trabalho final de graduação em serviço social, em que uma das autoras realizou estágio curricular numa instituição de atendimento socioeducativo de internação para adolescentes em conflito com a lei, na região central do Rio Grande do Sul. A intervenção de estágio do serviço social neste espaço proporcionou o atendimento do adolescente e da sua família, fortalecendo-a e incluindo-a na proteção social básica de seu respectivo território.

O segundo artigo analisa os discursos de jovens do ensino médio de uma escola pública situada num município do interior do Ceará, identificando as relações de gênero e como estas se configuram no ambiente escolar. Esta pesquisa intitulada **Aprendendo a desaprender: a (des) construção do discurso de gênero com jovens do ensino médio** aponta a necessidade de um diálogo frequente sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar, visto que os próprios jovens manifestaram interesse em discutir sobre os conflitos que permeiam a vida juvenil, como as questões afetivas, sexuais e de diversidade de gênero.

Controle social e penal de adolescentes no Brasil e nos EUA é o terceiro artigo que faz uma reflexão sobre o controle social e penal de adolescentes em conflito com a lei nestes dois países, apontando para o caráter punitivo, em detrimento da educação e proteção, e que leva em consideração, ainda, a questão étnico-racial e social.

O quarto artigo **Crianças e adolescentes: dos direitos formalmente reconhecidos à insuficiência de sua concretização e o crescente processo de judicialização** traz uma discussão sobre a insuficiência ou ausência da concretização dos direitos fundamentais pela omissão do Estado na oferta de políticas públicas universalizantes e o aumento dos processos de judicialização envolvendo as políticas sociais básicas, de modo especial no campo da criança e adolescente.

Por fim, o último artigo **O que pode um relato? A presença de um ex-interno do Sam e da Funabem na Assembleia Nacional Constituinte (Brasil, 1987-1988)** problematiza a participação de um jovem educador, ex-interno do Serviço de Assistência aos Menores (SAM) e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), na constituinte. A partir de Michel Foucault analisa as enunciações e tomadas da palavra naquele espaço, compreendendo o discurso não como ato de fala ou texto isolado, mas como prática social mais ampla e em certos cenários e circunstâncias historicamente situadas.

A efetivação dos direitos da criança e do adolescente é responsabilidade de todos, mas sabemos que as dificuldades para o país avançar no processo de consolidação dos direitos sociais se devem a questões de diversas naturezas (políticas, econômicas, sociais, culturais e psicossociais), que dependem do desenvolvimento da sociedade brasileira com relação à redução dos efeitos das desigualdades sociais, que estão na raiz da vulnerabilidade social.

Só podemos pensar em esperança por dias melhores se o Brasil optar por honrar seus compromissos, na área dos direitos humanos, e priorizar as crianças e adolescentes como cidadãos que representam o presente e o futuro de nosso país.

A humanidade deve à criança o melhor que se tem a oferecer.
(Declaração dos Direitos da Criança da ONU).

Enquanto isso, a seção reservada aos artigos livres abarca uma série de temáticas que, obviamente, demandam diversas discussões e perspectivas. O primeiro deles se trata da **Participação e planejamento no SUS: considerações a partir dos Planos Nacionais de Saúde**. O trabalho se detém a estudar e analisar os Planos Nacionais de Saúde entre 2004 e 2023, intentando a recuperação da participação popular na administração pública do país, isto é, da perda do sentido da radicalidade democrática, responsável pela estruturação do SUS em 1988.

O segundo artigo, por sua vez, migra da saúde para a demografia, sendo conhecido por **Demografia e o envelhecimento em Portugal e no Brasil: reflexões para o desenvolvimento regional** e tendo como objetivo compreender as mudanças demográficas ocorridas em Portugal e no Brasil, para então costurar a relação entre o envelhecimento e o desenvolvimento regional dos países. Ou seja: estudar como se dá a longevidade populacional para dar conta de atender a sua respectiva sustentação econômica e a oferta de cuidados em saúde em cada região.

Encaminhando-se para outro texto, porém ainda na mesma área, a saúde, **A saúde organizacional: estudo de campo em uma Instituição de Ensino Superior** é caracterizado por uma pesquisa quantitativa que se incumbe de tentar medir a percepção de saúde organizacional, apegando-se à Escala de Percepção de Saúde Organizacional (EPSaO). Para isso, buscou-se identificar essa percepção a partir da resposta de 112 Técnicos Administrativos em Educação (TAE) da instituição em questão.

Por conseguinte, alterando-se o gênero textual e focalizando o gênero ensaio, a visualização da loucura nos filmes brasileiros recebe os holofotes no trabalho **Representações da loucura no cinema brasileiro (1995-2015)**, no qual o período de mudanças na produção cinematográfica e a forma com que a sociedade passou a lidar com o conceito de loucura justificaram a fatia de tempo analisada no ensaio. Nessa direção, a reflexão sob um viés sociológico a respeito do tema da loucura no cinema brasileiro observou que, enquanto expressão da indústria cultural, reproduz os olhares da sociedade capitalista quanto à ideia de loucura.

Evolução histórica da educação e da escola no Brasil, o quinto artigo livre, é o trabalho representante da temática da educação, indiscutivelmente fonte de grandiosa importância à nossa sociedade, mas talvez não tão valorizada. Esse artigo, como o próprio título sinaliza, objetivou examinar livros, capítulos de livros e artigos para obter uma visão geral da evolução da educação – e refletir sobre educação, escola e práticas pedagógicas -, assim com o fim de se compreender a realidade atual, marcada pela necessidade de reinvenção quanto à heterogeneidade dos alunos e a mudanças sociais atuais.

Por fim, o trabalho correspondente à área de tecnologia e saúde, intitulado **Dependência de smartphone: investigando a realidade de uma prestadora de serviço do Sistema “S”**, versa sobre a relação do ser humano com o *smartphone* e os efeitos dessa relação à vida profissional e pessoal. Sendo uma pesquisa de método misto, o estudo contou com a presença de colaboradores do

Sistema "S" (conjunto de entidades corporativas focadas para a capacitação profissional, consultoria, assistência social, técnica e pesquisa). A aplicação do instrumento quantitativo permitiu a detecção da classificação de "Normal", isto é, ao uso moderado, no entanto possuindo alguns respondentes considerados "com dependência de *smartphone* do tipo leve.

Santa Maria, da Boca do Monte, 26 de outubro de 2020.

Profª Drª Rosane Janczura

Profª Drª Sheila Kocourek
e Equipe RSH

Departamento de Serviço Social